

## Gravem uns vídeos, pá!<sup>1</sup>

Imagine um país fictício onde se falava muito em investir na ciência e no conhecimento. Um país que tinha mesmo, num passado recente, declarado uma paixão pela educação.

Imagine que, nesse país, um ministro resolveia declarar que as aulas teóricas deviam ser substituídas por uns vídeos na internet. E imagine que era logo o ministro “responsável” pelo ensino superior a dizer isso. “Gravem uns vídeos, pá, e reduzam drasticamente as horas dedicadas a essa coisa das aulas teóricas”.

Imagine que este era precisamente o mesmo ministro que tinha recusado vacinar os docentes do ensino superior, porque só os outros professores precisavam/mereciam ser vacinados.

Imagine agora que nesse país existia uma lei, tipo RJIES, que aplicada a muitas instituições de ensino superior (IES), tinha conduzido a que as mesmas fossem capturadas por interesses privados de “quadros superiores” e docentes (nesse país imaginário, eram os docentes menos qualificados quem se organizava para tomar o poder e assim evitarem serem forçados a sair do ensino). Claro que isso ia acontecer sobretudo nas IES mais pequenas, sobretudo naquelas onde muitas vezes era até impossível formar mais do que uma lista para disputar eleições.

Como acha que esses dirigentes iriam reagir a esta declaração do imaginário ministro? Claro que iriam gostar da ideia. Afinal já andavam há anos a substituir professores doutorados por “especialistas” fabricados em concursos “estranhos”, que só ocorriam nesse país imaginário.

Na verdade, eram esses mesmos “especialistas” que lhes garantiam a reeleição, depois de entrarem numa carreira para a qual não tinham qualificações, mas onde tinham sido colocados pelos “pequenos favores” que as direções iam fazendo aos detentores de aventais, crucifixos, relações de amizade forçadas em diferentes posições e cartões partidários locais.

Nesse país imaginário, primeiro os dirigentes faziam esses “favores”, integrando essas pessoas na carreira e, depois, cobravam esses favores nos atos eleitorais. Estranho país!

Imagine que nesse país estranho, os concursos para “designar” especialistas, os con-

cursos para admitir docentes na carreira e mesmo as eleições internas eram de forma corriqueira manipulados de forma a terminarem exatamente com o resultado pretendido pelos ditos dirigentes, nem que fosse preciso atropelar leis, regulamentos e editais. Na verdade, processos disciplinares, avaliações de desempenho, concursos, etc., tudo podia ser atropelado porque a justiça administrativa demorava tanto tempo a resolver os processos nesse país imaginário, que quando chegavam finalmente a uma sentença, a maioria dos afetados já estariam até reformados. Ou pior. Era, portanto, imagine só, um estado dentro do estado e onde as leis do estado de direito tinham uma aplicabilidade limitada. Limitadíssima.

Deve ser fácil imaginar a euforia que se teria formado nos órgãos assim “eleitos”, criando nos seus membros a sensação de tudo poderem fazer, independentemente do que a lei previa, desde que tivessem os votos necessários, e sem que nada lhes pudesse acontecer. Dessa forma, tudo podia ser usado para manter o poder.

Imagine agora a sensação de felicidade desses pequenos ditadores, empoderados por tais processos eleitorais sem possibilidades de oposição, depois de terem adquirido direitos de voto da forma acima descrita.

Uma festa, claro!

Só é difícil imaginar o nível de inconsciência necessários para tais grupos acreditarem mesmo que nada nunca lhes iria acontecer. Como seria possível nunca terem ouvido falar em karma? Em retribuição? Essa parte é difícil de imaginar.

Então, depois deste exercício de ficção científica (ou de ficção em instituições científicas) já está a imaginar o que iriam tais “órgãos de gestão” responder ao apelo do ministro? Obviamente, a resposta seria dada aos docentes das IES respetivas: “façam uns vídeos, pá”.

Afinal de contas, quem precisaria de aulas teóricas nesse país ficcional? Os miúdos precisam é de competências, pá! *Skills!*

Sim e, na verdade, as teorias nunca mudam, nunca evoluem, pois não? Pelo menos, não neste nosso país ficcional. Gravem uns vídeos e usem-nos ano após ano.

Ficaria assim o assunto resolvido neste



FERNANDO C. GASPAR

I.P. SANTARÉM



<sup>1</sup>.....

A expressão “pá” é aqui usada apenas para frisar que o artigo se refere a um país imaginário. Nunca no nosso país real, um governante ou dirigente de IES/IIC iria falar assim.



país da ficção científica. Os estudantes iriam ficar super bem preparados, com muitos *skills*. Montes de *skills*.

Secretamente, os tais dirigentes vislumbrariam imediatamente a possibilidade de se verem livres dos professores mais qualificados. Os tais com a mania de dar aulas “teóricas”. Que oportunidade magnífica de os substituir por uns gestores de conteúdos em plataformas online...

Neste país ficcional, até acontecia que os investigadores mais qualificados podiam trabalhar com contratos trimestrais durante anos a fio, e isto depois de trabalharem ainda mais anos recebendo bolsas de investigação, sem direitos laborais, porque, na realidade, a instabilidade era amiga deles.

A única razão para o mesmo ministro acima citado criar programas de financiamento com verbas que sabia corresponderem a 6% das candidaturas era precisamente garantir a continuidade da instabilidade.

Ele tinha a clara noção, em toda a sua su-

perior sabedoria, que era a instabilidade que fazia os investigadores trabalhar e produzir. Se tivessem contratos de trabalho estável, encostavam-se à parede e não produziam mais nada. Até que a parede caísse.

Imagine que, neste país ficcional, com este ministro de ficção, havia até investigadores e docentes a trabalhar gratuitamente. Isso mesmo: os mais qualificados da nação, aqueles em quem o dinheiro dos impostos era aplicado para serem os melhores do mundo (e muitas vezes, eram mesmo) trabalhavam de borla, como os escravos da era estalinista (por exemplo aqueles que terão construído a bomba atômica soviética... num Gulag), para conseguir publicações em nome dos dirigentes das instituições de investigação científica (IIC). Estes, como já percebeu, equivaliam em muitos aspetos aos dirigentes das IES que apareciam primeiro neste sonho.

Neste país ficcional, era nisto que tinha resultado a paixão pela educação e o investimento no conhecimento. A era dos professores tinha sido substituída pela era dos “administradores, diretores e presidentes” e o investimento na formação de investigadores tinha resultado na fuga dos melhores (e dos médios e dos... todos que conseguissem) para outros países onde a ciência não fosse construída com base no trabalho escravo.

Aqui chegado, acordei deste pesadelo numa noite de verão.

Felizmente não vivo neste país imaginário, vivo em Portugal, onde nada disto acontece.

Ainda bem que não funcionamos assim, porque naquele país do pesadelo, a qualidade do ensino iria seguramente ter uma evolução fantástica nos anos seguintes à “videologia” das aulas teóricas. É fácil de imaginar, não é?

Nesse país de pesadelo, os jovens super qualificados só iriam conseguir construir um futuro para si próprios, fugindo do país que tinha gastado fortunas na sua formação. Também não é difícil imaginar.

Mas, pelo menos, os dirigentes dessas IIC iriam fazer muitas publicações científicas!

Foi tão estranho este pesadelo. Porque iria um ministro da ciência e do ensino superior dizer tais coisas sobre aulas teóricas ou agir desta forma para com os “seus” investigadores?

Teria ele algum trauma de infância/adolescência com os professores? Claramente vou precisar de ajuda psicológica depois deste pesadelo. •



2  
Estranhamente, nesse país imaginário também se dizia que os concursos eram todos “combinados”, como se diz que acontece em Portugal: [https://www.publico.pt/2021/08/02/opiniao/opiniao/nao-sabia-juris-academicos-estao-combinados-1972639?utm\\_content=Manhas&utm\\_term=Jornal+%27Politico%27+tentou+vender+conteudos+ao+Governo.+Patricia+Mamona+subiu+finalmente+ao+podio&utm\\_campaign=55&utm\\_source=e-goi&utm\\_medium=email](https://www.publico.pt/2021/08/02/opiniao/opiniao/nao-sabia-juris-academicos-estao-combinados-1972639?utm_content=Manhas&utm_term=Jornal+%27Politico%27+tentou+vender+conteudos+ao+Governo.+Patricia+Mamona+subiu+finalmente+ao+podio&utm_campaign=55&utm_source=e-goi&utm_medium=email)